

NOTAS SOBRE O CICLO ATUAL DA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE

William Jorge Bandeira*

No artigo anterior falamos dos ciclos econômicos que marcaram a evolução do setor rural piauiense. O presente artigo objetiva apresentar uma análise sucinta do período correspondente aos meados dos anos 70 até ao final dos anos 90.

Nos anos 70 afirmou-se na agricultura brasileira o chamado "complexo agro-industrial" (CAI), que pode ser definido como a integração da agricultura com a indústria voltada para a produção de insumos e máquinas e a indústria processadora de produtos agropecuários, assim como os serviços e o comércio. Esse padrão estendeu-se por todo o país, embora de modo desigual, em que muitas unidades agrícolas ficam de fora, sobretudo em regiões pouco desenvolvidas. No Piauí, por exemplo, mais de 85% das unidades produtivas ainda não se inseriram no processo e, por isso, continuam atuando com técnicas rudimentares, sem acesso a crédito e com baixa participação no mercado.

Esse processo representou uma forte modernização da agricultura brasileira, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas. As regiões mais pobres se inserem de modo marginal e sofreram grandes perdas na participação do mercado nacional, inclusive perdendo mercados para novas regiões, como o centro-oeste, por exemplo. A característica principal foi o aumento de importância produtiva das unidades modernizadas e de produtos considerados nobres como soja, cana-de-açúcar, café, cacau, laranja, milho, trigo, bovinos, leite de vaca, etc.

O Piauí se insere nesse processo através de programas governamentais implementados a partir dos anos 70. Em 1974, foi implementado o POLONORDESTE com cerca de cinco (5) PDRI (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado), atingindo o Delta do Parnaíba, Vale do Guruguéia, Vale do Fidalgo e as Fazendas Estaduais. Os gastos se concentraram em estradas vicinais, eletrificação rural, assistência técnica, patrulhas motomecanizadas, armazéns, equipamentos de saúde e educação, etc.

No início dos anos 80, foi lançado o PDRI do Vale do Parnaíba como uma extensão do PDRI do Delta do Parnaíba. Tinha como alvo beneficiar cerca de 28 municípios da região mais populosa do Estado. O PDRI contava com o apoio financeiro do BIRD (Banco

Mundial) e tinha como estratégia básica possibilitar acesso a terra a produtores não-proprietários através do componente fundiário que comprava e distribuía terras a produtores pré-selecionados. Pretendia aplicar um montante aproximado de 100 milhões de dólares nos primeiros cinco anos de atuação.

Esses programas possuíam componentes altamente modernizantes, pois ofereciam crédito, terras, assistência técnica, incentivavam o uso de insumos modernos na agricultura e avançavam na criação de vias de transportes para inserir no mercado os produtores beneficiados. Porém, apesar de apresentarem como objetivo beneficiar pequenos produtores, adotavam critérios que excluíam a massa mais pobre de famílias rurais, àquelas sem terras e/ou com posse de terras abaixo de 5 ha, que, em algumas regiões chegavam a mais de 70% das famílias. Além disso, como as principais obras ocorriam em propriedades privadas, os maiores beneficiários foram os grandes proprietários de terras, até mesmo por causa de seu poder de influência na hora de distribuir os recursos e definir os beneficiários.

A partir de 1987 foi implantado o PAPP (Programa de apoio ao Pequeno Produtor), o qual visava corrigir distorções dos programas anteriores através da filosofia dos projetos comunitários com componentes de investimentos integrados. Porém, os recursos aplicados eram insuficientes e sua aplicação esteve bem abaixo das metas estabelecidas. O programa não funcionou de forma sincronizada, em termos de aplicação de seus componentes, e muito menos na dose desejada, além de influências negativas de elites localizadas e de sindicatos rurais.

Os projetos de irrigação vieram a reboque da política regional de irrigação, pois o Piauí, na verdade nunca formulou nenhuma política coerente de irrigação. As áreas potencialmente irrigáveis chegam, de acordo com levantamentos preliminares, a cerca de 438.450 ha. No entanto, quase a totalidade desses recursos encontram-se em estado bruto, não passam de 15.000 ha, as áreas irrigadas, considerando-se que 2/3 são de iniciativa privada e, grande parte, em irrigação em várzeas. Esses projetos pouco avançaram por falta de uma

política estadual mais consistente e de longo prazo. Foram cerca de 1.093 projetos implantados do Pró-Várzeas entre 1981/88, abrangendo 17.529 ha. Outros tantos foram tentados no âmbito do POLONORDESTE, mas a maioria fracassou, beneficiando apenas fornecedores de equipamentos e outros intermediários.

Durante o período de 1971 a 1984 foram implantados 70 projetos agropecuários dentro do Finor-Agropecuário. Foram 50 projetos para pecuária de corte, em sua maior parte, e os demais na área agrícola. Estes projetos se espalharam por 32 municípios, concentrando-se no centro-sul do Estado, sobretudo nos municípios de Canto do Buriti (10), Ribeiro Gonçalves (9), Jerumenha (6), Uruçuí (5), Pio IX (5). Os demais municípios receberam no máximo três projetos, sendo seus efeitos menos importantes que nos municípios citados. Pode-se acrescentar a estes projetos, os de financiamentos para projetos de reflorestamento no âmbito do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).

Embora o potencial transformador desses projetos seja grande, principalmente os efeitos na produção e no de emprego, no Piauí esses efeitos foram pouco significativos. As causas são variadas:

(1) insuficiência de recursos para o bom desempenho dos projetos devido a pulverização de recursos;

(2) desvio de recursos dos projetos para outras atividades. No Piauí, os projetos, em sua maior parte, nunca chegaram a se constituir em empresas modernas devido a problemas de má aplicação de recursos, desvios de recursos e outros problemas ligados a falta de um mercado de trabalho dinâmico, distância dos mercados consumidores, baixa fertilidade das terras, produtores com baixos conhecimentos tecnológicos e ausência de um projeto de desenvolvimento integrando os vários setores econômicos.

As repercussões foram marcantes na estrutura econômica do Estado. Um importante efeito foi o impulso na utilização de áreas com lavouras permanentes, ressaltando as lavouras de caju. Assim, as áreas de lavouras cresceram a taxas bem superiores às lavouras temporárias. Pode-se atribuir a esses projetos o grande crescimento na utilização de trabalhadores em regime temporário, os quais aumentaram, nos

“Os projetos de irrigação vieram a reboque da política regional de irrigação, pois o Piauí, na verdade nunca formulou nenhuma política coerente de irrigação. As áreas potencialmente irrigáveis chegam, de acordo com levantamentos preliminares, a cerca de 438.450 ha. No entanto, quase a totalidade desses recursos encontram-se em estado bruto, não passam de 15.000 ha, as áreas irrigadas, considerando-se que 2/3 são de iniciativa privada e, grande parte, em irrigação em várzeas.”

anos 80, em termos de número e em meses de contratação, os maiores índices de utilização foram registrados nos municípios de maior incidência de projetos.

A pecuária é a atividade que mais cresce no setor desde meados dos anos 70. Com ela crescem também as áreas de lavouras temporárias, pois a formação de novos pastos era realizado, preferencialmente, através do trabalho de famílias não-proprietárias de terras que recebiam pequenas parcelas de terras nas grandes propriedades com a obrigação, após algum tempo, de entregá-las com pastos formados.

Uma outra repercussão provocada pelos projetos implementados é a forte concentração da terra que os mesmos provocam. Isso, fica muito claro quando se compara indicadores de distribuição de terras entre municípios que receberam projetos com municípios que não receberam. Além do mais, esses projetos aceleraram o fluxo migratório rural-urbano no período, levando a uma queda da população rural em termos absolutos, durante as duas últimas décadas

Durante o período analisado a pequena produção de subsistência perde importância relativa em relação a produção agropecuária. O valor da produção agropecuária pendeu fortemente a favor das unidades produtivas mais capitalizadas e melhor inseridas no mercado, embora a participação em termos número de estabelecimentos não ultrapasse os 12% ●

Revisitando a formação econômica do Piauí

Solimar Oliveira Lima*

A historiografia piauiense pouco tem avançado nas análises sobre a formação econômica do Piauí. Ainda se reproduz a tese dos “ciclos econômicos”, difundida por textos clássicos da história econômica do Brasil, para apresentar a então nascente economia do Estado e justificar o seu atraso frente outras regiões. Tal tese de interpretação da formação da economia brasileira instituiu legados historiográficos que comprometem, e muito, a compreensão de economias regionais que, segundo os defensores, se mostraram pouco inseridas, ou inseridas periodicamente, no contexto geral de acumulação.

A concepção metodológica dos ciclos tem em *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, salvo engano, sua principal fonte de divulgação e influência nas gerações de escritos. A fonte se constitui como referência de qualidade inquestionável, contudo, a tese potencializou o surgimento em estudos regionalizados de explicações do processo econômico que tendem a apresentar as economias como propulsoras de desenvolvimento apenas quando se constituem enquanto “ciclo”. Assim, as atividades econômicas cíclicas, apresentadas como dominantes e voltadas para o mercado adquirem status de dinâmicas. Segundo estas explicações, passado o período de inserção, como resultado da “perda de mercado”, surge a fase de decadência, onde as atividades entram em processo de involução ao ponto de transformarem-se em economias de subsistência.

No Piauí, estudos mostram a agropecuária como base econômica dominante na História do Estado. Segundo as análises, a pecuária, atividade cíclica, predominante entre os séculos XVII e XIX, apresentou sua fase dinâmica e de decadência. No primeiro momento, até início dos Dezenove, as unidades produtivas, as fazendas, encontravam-se integradas ao mercado, participando ativamente do comércio de gado bovino no Nordeste e Minas Gerais.

Neste contexto, a exceção do cultivo de algodão, a agricultura praticada era a de subsistência, voltada para satisfazer as limitadas necessidades das fazendas e de seus minguados trabalhadores. No período de decadência, a pecuária se transforma, também, em atividade de caráter de subsistência, o que significou para a economia estagnação, pobreza e isolamento socioeconômico. Nesta perspectiva, cessam o

comércio com diferentes mercados, desaparecem as rendas monetárias e regride o já atrasado processo produtivo. O Piauí permaneceu assim até que um outro ciclo surgiu como redenção da economia no início do século XX: o extrativismo.

Na historiografia piauiense, o historiador Odilon Nunes e o economista Raimundo Nonato M. de Santana fizeram surgir, de forma articulada em discurso científico, esta visão da formação econômica do Estado que se reproduz em textos consagrados pelo uso corrente em referências bibliográficas como, por exemplo, *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento* elaborado por uma equipe de técnicos da Fundação CEPRO. Odilon Nunes, por exemplo, fortemente influenciado pela concepção dos ciclos para explicar o conjunto da economia, acabou por submeter a sua extensa e exaustiva pesquisa à determinação teórica. A reprodução de seu pensamento, como em *Piauí: evolução... e em outros textos*, dá-se não só pelo valor de sua pesquisa, mas sobretudo pela falta de disposição dos autores em escrever fundamentados em pesquisa que não seja a bibliográfica. A história econômica do Piauí caracteriza-se, no geral, como uma produção de gabinetes, onde poucos autores realizaram pesquisas em fontes documentais e arquivos

A concepção metodológica, e ideológica, dos ciclos econômicos nos ajuda a compreender o processo geral de acumulação do Brasil. Entretanto, torna-se limitada quando nos voltamos para o estudo das economias regionais e seus diferentes processos internos de acumulação. A transferência da análise do geral para o particular como forma de desvelar a formação social, resultou em abordagens que deixam de perceber os movimentos e avanços internos das economias, bem como as contradições sociais. Voltar-se para o particular, no Piauí, parece ser uma resistência de nossos economistas, como se a análise trouxesse em si desvalor ao pensamento e à produção.

Ser um economista estudioso das “pequenas coisas”, baseando-se em fontes documentais, no nosso caso, é um caminho seguro para uma maior compreensão do passado e das raízes de nossa sociedade. Fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí revelam que, ao contrário do que comumente se afirma, a pecuária não passou por um processo de isolamento, muito menos adquiriu características

* William Jorge Bandeira é professor do Departamento de Economia/UFPI e Consultor da WJB - Consultoria & Projetos Ltda. Doutor em Economia pela UNICAMP.